



**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO DIA
SEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MILE TREZE.**

--- No dia seis de novembro de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António José Manuel Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como primeiro secretário e a Senhora Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, como segunda secretária. -----

--- A Sessão teve início às nove horas e vinte e dois minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: **ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES** (justificada) **FERNANDO MARTINS MACHADO** (justificada) e **JOSÉ FERNANDES** (justificada).----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom dia a todos. Já temos quórum, penso que podemos dar início à nossa Sessão. Cumprimentava os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas, cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores. Atendendo que a Doutora Cristina Paula informou esta Assembleia da sua ausência, ao abrigo do Art.º 6º do Regimento, solicitava à Doutora Elisabete Farreca que integrasse a Mesa da Assembleia Municipal.-----

Mesmo antes de iniciarmos os nossos trabalhos solicitava ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros que não tomou posse no dia vinte e dois de outubro, mas que apresentou a competente justificação, que fizesse o favor de se dirigir à Mesa para tomar posse.-----

--- **UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS JOSÉ AUGUSTO HENRIQUES MOTA (PS):** “*Eu abaixo assinado declaro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Felicitava o Senhor Presidente da Junta desejando felicidades no exercício do cargo.-----

Informava também, que o Senhor Presidente da Câmara tinha solicitado uma Sessão Extraordinária, com a finalidade de apresentar e colocar à discussão o Plano Plurianual de Investimento da Câmara. Não foi possível conciliar, devido a prazos que tínhamos, essa vontade e por isso, tivemos a necessidade de marcar e proceder com brevidade à eleição dos representantes quer à Assembleia Intermunicipal, quer também do representante dos Presidentes de Junta que irá ao XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Informo também que já fizemos uma reunião, embora breve. Fizemos uma reunião da Mesa com os Senhores Líderes dos Grupos Municipais, constituindo-se já um grupo de trabalho para a revisão do Regimento, grupo esse que inclusivamente já teve a sua primeira reunião. Por isso, também queria referir que, como é óbvio, até à aprovação do novo Regimento, estará em vigor o Regimento atual.-----

Como sabem também, os Membros que faziam parte da anterior Assembleia, a distribuição de toda a documentação de suporte da Ordem de Trabalhos era feita por via eletrónica. Por isso, mantivemos esse procedimento, mas como esse procedimento é um ato voluntário de cada Deputado, propúnhamos que os Senhores Deputados que quisessem manter esse procedimento, que informassem por escrito os serviços da Assembleia. Os que manifestassem este interesse, receberiam a documentação do suporte da Ordem de Trabalhos via eletrónica, mas mantendo-se a Convocatória por escrito para a residência. Os restantes, certamente que receberiam toda a documentação em suporte papel. Era isto

que gostaria de colocar à consideração. Se entenderem podem colocar alguma questão sobre isso.

Como sabem também, a Sessão Extraordinária, não tem o Período Antes da Ordem do Dia e por isso entraremos de imediato na Ordem de Trabalhos. Referia antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos que não era obrigatório o Senhor Presidente da Câmara apresentar qualquer informação escrita sobre a Atividade Municipal porque é uma Assembleia Extraordinária. Foi proposto ao Senhor Presidente da Câmara que fosse apresentada essa informação, que de imediato anuiu, o que desde já gostaríamos de realçar, tendo também obtido a concordância dos Grupos Municipais. Nesse sentido, entrávamos na Ordem de trabalhos e íamos ao Primeiro Ponto. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do Ponto Um “INFORMAÇÃO MUNICIPAL”.-----

--- **DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito bom dia a todos e a todas. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e desde já felicitá-lo a si e à Mesa pela eleição e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício da função, queria também cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, felicitá-los também pela eleição e nesta que é a nossa primeira Sessão formal da Assembleia Municipal de Viseu, formular votos de que possamos ter aqui uma cooperação entre Órgãos Autárquicos profícua em prol daqueles que nos elegeram, o povo de Viseu e que consigamos dentro do espírito democrático e do princípio do contraditório travar aqui bons debates, boas discussões e que se traduzam de facto num progresso cada vez maior do nosso Concelho. Quero também cumprimentar os Senhores Presidentes de Junta, com quem já ontem tive a oportunidade de durante a manhã fazer a primeira reunião e reiterar também aqui perante a Assembleia Municipal a expectativa que tenho de em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta fazermos uma só equipa em prol do trabalho do Concelho. Cumprimentar também o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Senhora e os Senhores Vereadores, seja da equipa que me acompanha no dia-a-dia, seja os Vereadores da oposição com quem também já tive a primeira reunião, amanhã teremos a segunda e em que manifestei claramente a vontade deste Executivo em gestos simbólicos, designadamente a disponibilização de uma sala onde passam a ter a possibilidade de receber os munícipes, acompanhados por pessoas do meu secretariado, para além do acesso ao estacionamento, o cartão de vereadores, enfim, tudo aquilo que, do nosso ponto de vista, faz parte de uma atitude de respeito pela oposição, que se espera que seja uma oposição construtiva baseada em factos e não em indícios como muitas vezes aconteceu no passado. Queria também dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e às Senhoras e aos Senhores Deputados que efetivamente, apesar desta Assembleia Municipal ser extraordinária e não ter período de informação do Presidente da Câmara, eu próprio sugeri ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que pudesse haver um período de esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara porque entendo que é minha obrigação nesta função, independentemente de estarmos em funções há quinze dias, disponibilizarmo-nos para toda a informação que esta Assembleia pretenda. Fi-lo também por escrito, antecipando um dever legal que aqui não existia, exatamente para que fique e para que os Senhores Deputados tivessem acesso previamente. Queria também aproveitar para cumprimentar os munícipes presentes, que não são em grande número, mas estão cá e merecem esta minha consideração nesta referência, bem como os Senhores jornalistas que habitualmente fazem o acompanhamento desta Assembleia Municipal. Dizer-vos que é um bocadinho diferente estar do lado de cá, mas sabem bem o apreço que tenho por este Órgão e a importância que lhe atribuo. Começando então a intervenção que preparei, queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta e nesta reunião extraordinária, de forma simbólica e tendo em vista valorizar o exercício deste Órgão, tomo a iniciativa, sem que o normativo o imponha, de prestar as seguintes informações e esclarecimentos aos Senhores Deputados enquanto Presidente da Câmara Municipal.-----

A Assembleia Municipal, que constitui um órgão legal e politicamente investido pela força do voto popular democrático, das atribuições de escrutínio, fiscalização e acompanhamento da ação camarária. O respeito pelas suas funções marcará neste espírito a atuação da Câmara Municipal de Viseu e de todo o seu Executivo. A valorização das funções da Assembleia Municipal constituirá uma prioridade da política do Executivo Municipal através, nomeadamente de uma disponibilidade permanente para acolher os contributos e as propostas dos Membros da Assembleia e por respeitar os direitos legítimos à informação transparente, regular e pertinente relativa ao exercício do Executivo Municipal. Estes princípios e estas práticas visam de forma especialmente relevante, valorizar o importante papel da oposição no escrutínio da ação da Câmara Municipal, indispensável à qualidade da democracia local e à criação de um ambiente de pluralidade, propício a uma cidadania participativa e livre no Concelho de Viseu. Este objetivo de qualificação da democracia, marcará também e de forma concreta o mandato do Executivo e constitui no seu entender uma condição de base no desenvolvimento cultural, social e económico do nosso Concelho. De forma consequente decidiu já o Executivo, incrementar as condições de funcionamento do Órgão reforçando o apoio prestado pelos serviços Camarários. Não obstante a diferença de opinião a relação entre os Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, deverá ser pautado pela indispensável urbanidade e pelo necessário sentido de responsabilidade defendendo também nos respetivos exercícios a imagem pública dos eleitos, dos Órgãos e do Concelho de Viseu valorizando a democracia e o exercício da política. Esta reunião extraordinária da Assembleia Municipal, antecede a reunião ordinária do Órgão Executivo, na qual será apresentada, analisada e debatida a proposta de estratégia de desenvolvimento do "Viseu Primeiro 2013/2017" que constituirá o referencial de orientação estratégica para o mandato para que fui investido como Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Era, como já disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, minha intenção que esta reunião pudesse ocorrer já depois da reunião do Executivo, já depois da constituição do Conselho Estratégico, onde iremos solicitar o contributo das diferentes forças vivas do Concelho, mas de facto este calendário de eleição obrigou a que esta Assembleia hoje decorra, obviamente que continuarei com o calendário que tinha definido e na Assembleia de final do ano, haverá seguramente um ponto que eu vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que inclua, para debater numa forma inovadora, que é a de apresentar desde já aos Municípios um documento que será pela primeira vez avaliado amanhã no Executivo, que é a estratégia "Viseu Primeiro 2013/2017" que no fundo consubstancia as grandes linhas de ações do Município para os próximos quatro anos, num exercício que acho que é inédito a nível nacional, de colocar desde logo em debate com a sociedade civil aquilo que serão as nossas linhas de orientação para quatro anos, independentemente dos planos anuais que traremos a esta Assembleia e do orçamento que anualmente iremos aqui debater. Ainda assim, entendo ser meu dever partilhar com este órgão a metodologia que está a ser seguida para a sua elaboração e cujo aspeto mais inovador se prende com o facto de esta estratégia vir a contar com a apreciação e o contributo de um órgão de consulta estratégico do Presidente da Câmara que tomei a decisão de instituir de acordo com uma promessa que tinha feito na campanha eleitoral. O Conselho Estratégico de Viseu, reunirá as personalidades mais relevantes da vida cívica, económica, social e cultural de Viseu e das suas instituições âncora. A sua participação é livre e visa dois objetivos em simultâneo. Por um lado qualificar o pensamento e a ação estratégica do Executivo, por outro lado reforçar as dinâmicas de reflexão, participação e troca entre as gentes e personalidades relevantes do Concelho. Também a Assembleia Municipal, será convidada para esta reflexão aberta e relevante. O futuro do Concelho, da sua base produtiva, empresarial e exportadora, a sustentabilidade e qualificação das instituições, o bem-estar das famílias, da juventude e dos idosos, o crescimento, a sustentabilidade e a inclusão económica, social, cultural e turística do Concelho, reclamam este debate e também esta participação. Esta quinta-feira, amanhã, apresentarei a primeira versão da estratégia "Viseu Primeiro

2013/2017”, versão preliminar na Sessão da Câmara Municipal como me compete. Caras Deputadas, Caros Deputados, Senhor Presidente, importa aqui que me refira e informe a Assembleia Municipal, da aprovação na Sessão de Câmara de vinte e quatro de outubro da proposta que apresentei ao Executivo, tendo em vista a atribuição ao Senhor Doutor Fernando Ruas, da Medalha de Ouro da Cidade. Este reconhecimento é inteiramente justo e oportuno, a diversos títulos. Esta proposta mereceu, felizmente, a aprovação por unanimidade do Órgão Executivo e permitirá agora que a Assembleia Municipal delibere sobre a proposta que formulo e que a deixo já formulada oralmente e que será formalizada por escrito ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que na próxima reunião possa ser debatido e discutido a atribuição ao Doutor Fernando Ruas do mais elevado Galardão Municipal, O Viriato de Ouro. Como afirmei e reitero, no meu discurso de tomada de posse das funções que exerço, e cito *“O lugar da memória e o reconhecimento dos relevantes serviços prestados, são um dever ético da comunidade”* fim de citação. Sobretudo ao serviço da causa pública e do país como é este notoriamente o caso. Como não podia deixar de ser, o início do exercício do meu mandato ficará também marcado pela designação do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal o Doutor Joaquim Seixas personalidade reputada no Concelho e no País, e que garante o mais elevado padrão de competência, dedicação, serviço de missão e ética republicana. Do mesmo modo, logo que investido nessa autoridade, na sequência da reunião de Câmara de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, tomei a iniciativa de proferir os despachos de subdelegação de competências no Senhor Vice-presidente e nos Senhores Vereadores com funções executivas, tendo em vista dotar a administração de mecanismos que lhe permitam em tempo oportuno desenvolver e praticar atos administrativos e no uso da competência prevista no nº2 do art.º 36 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Destes atos, como é óbvio estão disponíveis informações circunstanciadas e detalhadas nos respetivos editais e são já neste momento do domínio público. Gostava também de me referir a estes primeiros dias do exercício das minhas funções, que foram caracterizados por um duplo simbolismo da política de proximidade com que desejo marcar a ação do Executivo Municipal. Por um lado, tomei a iniciativa, juntamente com toda a administração e com os responsáveis dos serviços, de visitar e contactar com todos os serviços e colaboradores da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de água e saneamento. O que o Município é e pode ser depende e muito da entrega da motivação e da gestão dos quadros e dos colaboradores camarários. Portanto, é de facto nossa intenção, para além da proximidade com aqueles que nos elegeram, com aqueles que efetivamente são os nossos concidadãos um trabalho de grande proximidade com todos os colaboradores dos diferentes serviços da Autarquia. Foi um investimento carregado de simbolismo mas também de grande utilidade não só para um conhecimento inicial de aspetos de pormenor desta casa mas, também de contacto direto com estes mesmos trabalhadores, no dia-a-dia desde os jardins, à limpeza, passando pelas reparações, passando por obras mais de fundo, passando por aspetos de intervenção no Centro Histórico, que de uma forma abnegada e direta têm contribuído para o desenvolvimento do nosso Concelho. Por outro lado, também gostaria de referir aqui, que optei por agendar as minhas primeiras audiências como Presidente da Câmara com instituições representativas dos três pilares que irão marcar a estratégia de governo e de desenvolvimento do Concelho. Como representante da área económica recebi a Direção da Associação Empresarial da Região de Viseu “AIRV” numa reunião que permitiu abordar prioridades para o Concelho, como a internacionalização e a atração de investimento, da área social a Direção da Misericórdia de Viseu, foi recebida em audiência num encontro que proporcionou troca de informações relevantes para a política de inclusão e coesão social municipal e para a consolidação da rede de serviços sociais do Concelho e foi ainda recebido em audiência também a Direção da Associação Comercial de Viseu, que permitiu abordar alguns aspetos mais críticos ou urgentes relacionados com a regeneração e animação do Centro Histórico e preparar também a quadra de Natal que vamos viver brevemente, preparando portanto aquilo que

vão ser as ações do programa de Natal muito concentradas no nosso Centro Histórico, conforme foi nossa promessa na campanha eleitoral. Também na passada semana dediquei parte importante da minha agenda na defesa dos interesses de Viseu, no contexto regional e da comunidade em que nos inserimos. Viseu Cidade Região, um conceito que defendo e que defendemos, reclama uma agenda de cooperação intermunicipal e regional e uma voz presente e liderante. Com esse objetivo, participei e participarei nas reuniões relativas à gestão da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aliás, hoje mesmo às seis da tarde, irei participar na segunda reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal para encontrarmos uma ponte de entendimento para o governo dessa mesma Comunidade Intermunicipal. Uma Comunidade Intermunicipal coesa e forte é de facto o nosso objetivo político pelo qual estamos a lutar neste fórum. Promovi e promoverei também encontros de trabalho com Presidentes de Câmara Municipal do Distrito da CIM e de sedes do Distrito com os quais mantemos interesses convergentes e dinâmicas de afirmação Regional, aliás, neste contexto reuni já com todos os Presidentes de Câmara do norte do Distrito, porque em bom rigor entendo que a estratégia da nossa Cidade Região, deve ser uma estratégia ampla, não só de envolvimento direto no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, mas também de ligação ao Douro que é claramente um património importante do País, de franca ligação ao nosso Concelho, tirando partido dessa mesma proximidade, assim como também, já desenvolvi contactos com Câmaras, designadamente da Área Metropolitana do Porto com quem também pretendo estabelecer laços de parceria, tirando partido da ligação próxima ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, designadamente na estratégia de Turismo que queremos desenvolver nos próximos anos. Queria também referir até porque já o tornei público, que irei na próxima semana, fazer uma primeira cimeira com os Senhores Presidentes da Câmara de Aveiro e da Guarda, cimeira essa que visa tratar de assuntos de interesse comum, designadamente a vertente da ferrovia e a promoção do Turismo junto do mercado espanhol. Portanto, cimeiras que vamos tornar periódicas, a primeira será aqui em Viseu a meu convite e seguir-se-ão outras, quer em Aveiro quer na Guarda, exatamente numa perspectiva de que sozinhos valem pouco e portanto, no ponto de vista de cooperação direta, frontal e estratégica com Municípios que nos são próximos e que possam ter interesses conjuntos com o Município de Viseu, procurarmos desenvolver desde já uma estratégia que marque uma visão em rede, uma visão aberta, com as diferentes vertentes e os diferentes territórios com que nos queremos relacionar, num muito, nesta perspectiva da Cidade Região, capital da Beira Alta que efetivamente Viseu é, e quer cada vez ser mais. Portanto, são em traços largos algumas das informações que gostava de deixar às Senhoras e aos Senhores Deputados, do trabalho intenso que temos vindo a desenvolver nestes últimos quinze dias e como é óbvio quero deixar ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados para concluir, alguns dos instrumentos habituais neste tipo de intervenções, embora mais uma vez repito que não era obrigação fazê-lo designadamente quanto à situação financeira atual, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos, assim como a informação prevista na alínea y do nº 1 do art.º 35 sobre as participações em entidades societárias e não societárias e informação também sobre reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado. Portanto, queria agradecer a atenção dos Senhores Deputados nesta primeira intervenção e obviamente nos termos da Lei e do Regimento, colocar-me à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que as Senhoras ou os Senhores Deputados pretendam ver esclarecidos nesta Assembleia. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Agradeço a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Dava já a informação de que deram entrada dois requerimentos do CDS-PP, solicitando informações ao Executivo camarário, dos quais daremos encaminhamento no futuro. Os Senhores Deputados que queiram intervir nesta Ordem de Trabalhos façam favor. Dava já a palavra ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho:-----

--- TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO

CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores. Nesta primeira Sessão após a tomada de posse dos Membros da Assembleia eleitos em vinte e nove de setembro, não quero deixar antes de mais de cumprimentar Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara, desejar-lhe um bom e frutuoso exercício e que efetivamente a sua atuação seja verdadeiramente em prol da Cidade. Relativamente à sua comunicação, gostava de deixar claro e muito incisivamente que o Grupo que tenho a honra de encabeçar, não teve a menor hesitação quando lhe foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, em aceitar que Vossa Excelência hoje aqui trouxesse esta informação que não está prevista nas Assembleias Extraordinárias e mais do que isso, aceitar também que a Informação Municipal que, nos termos da lei, tem que ser facultada aos Grupos até cinco dias antes da sua realização, fosse apresentada até segunda-feira de manhã. Sucede que, como sabe foi apresentada às seis e um quarto da tarde o que quase não deu tempo a que pudessemos ter acesso. Vossa Excelência sorri, mas estas coisas são sérias. Eu tenho obviamente todo o interesse em que as coisas se passem com toda a transparência e é na base dessa transparência que eu trago aqui esse assunto. Nós tínhamos muito interesse em que Vossa Excelência trouxesse esta primeira informação, até por um motivo, para mostrar a nossa disponibilidade para o diálogo construtivo. Vossa Excelência insiste em que esse diálogo é importante, di-lo nesta sua comunicação, mas gostaria também que essa disponibilidade não fosse apenas retórica e que fosse real. De facto como se recordará na reunião de Câmara de vinte e quatro de outubro, foi apresentado pelos Vereadores do Partido Socialista uma proposta referente ao Dia Mundial da Igualdade que Vossa Excelência não aceitou por não estar na Ordem de Trabalhos. Acho que a disponibilidade tem que ser de duplo sentido. Portanto, há efetivamente da nossa parte a maior disponibilidade em colaborarmos com a Câmara, gostaríamos que a recíproca também fosse verdadeira. Finalmente, refere Vossa Excelência, a criação de um Conselho Estratégico de Viseu, dizendo concretamente uma frase que eu gostei muito e que gostaria que aqui constasse. Vossa Excelência diz que “*o Conselho Estratégico de Viseu, reunirá as personalidades mais relevantes da vida cívica, económica, social e cultural de Viseu e das suas instituições âncora*”. Como é evidente, público e notório, estas personalidades mais relevantes da vida cívica, económica, social e cultural de Viseu, não se confinam a um partido, espero, portanto, que isso seja devidamente representado em termos de pluralidade. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguém que queira intervir? O Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra.-----

--- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social aqui presente. O Bloco de Esquerda regozija-se com as declarações do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de valorizar as funções de escrutínio e fiscalização do Executivo, acolhendo os contributos e as propostas dos Membros da Assembleia Municipal, respeitando assim os direitos legítimos da oposição a uma informação transparente e regular. Acabei de o citar. Ora, pergunto ao Senhor Presidente, se em conformidade, se dispõe a respeitar o Estatuto do Direito da Oposição a Lei nº24/98 de 26 de maio, que assegura as minorias, nomeadamente aos partidos políticos representados nos Órgão Deliberativos das Autarquias Locais e que não estejam representados no correspondente Órgão Executivo, o direito a serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade, antes de irem naturalmente à aprovação na Câmara Municipal. A isto, chama a Lei no seu artigo quinto, o direito de consulta prévia e o simétrico dever de consulta prévia, que remete para o ponto dois do artigo quarto que diz: “*As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição*”. Acontece que o anterior Executivo do PSD também nunca

respeitou este imperativo legal. Ao contrário do que de resto acontece em Concelhos vizinhos que também eram dirigidos pelo PSD. As afirmações do Senhor Presidente da Câmara denotam uma vontade de mudar de paradigma, embora permita-me que lhe diga Senhor Presidente, que não seja de bom augúrio a sua decisão de reunir o Executivo Municipal às quintas-feiras, dia das Sessões Plenárias da Assembleia da República, tendo em conta que dois dos seus Vereadores da oposição são Deputados por vontade dos eleitores do nosso Distrito. Espero que o Senhor Presidente reconsidere esta decisão, indo ao encontro do apelo que a Senhora Presidente da Assembleia da República lançou aos Presidentes de Câmara para facilitarem a coadunação ou consentaneidade das funções de Vereadores com as de Deputados. Temos todos de fazer um esforço para dignificar a política e o exercício dos cargos políticos. Os resultados das recentes Eleições Autárquicas, vêm demonstrar mais uma vez, que há um crescente número de eleitores que se abstêm ou que votam em branco ou nulo, como sinal de desencanto face aos partidos políticos em que depositaram a sua confiança e mesmo um sinal de descrença na democracia representativa. Há pois, que retirar daí as devidas ilações e procurar condições para uma maior participação dos portugueses na gestão da coisa pública, aproximando os eleitores dos eleitos construindo as bases de uma verdadeira democracia participativa, a melhor forma de dignificar e reforçar a democracia representativa. Pela nossa parte e porque já houve pelo menos um partido aqui representado que adiantou as suas propostas, também queremos deixar aqui manifesto que o Bloco de Esquerda propõe no âmbito do Grupo de trabalho para a revisão do Regimento, alterações ao Regimento da Assembleia Municipal, dando assim cumprimento ao compromisso com os nossos eleitores plasmado no nosso programa eleitoral. É certo que muitos municípios não participam nas Sessões desta Assembleia Municipal, colocando os seus problemas e solicitando os respetivos esclarecimentos por não poderem perder um dia de trabalho e ficarem até ao fim das Sessões, as quais têm uma duração imprevisível. Assim, de acordo com a Lei 169/99 de Funcionamento das Autarquias atualizada pela Lei 5-A de 2002 propomos que o art.º 39, período de intervenção do público seja acrescido de um ponto cinco, “O período de intervenção do público antecederá o Período de Antes da Ordem do Dia”. O atual Regimento no art.º 31- Duração das Assembleias, diz “*As sessões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco dias, ou um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária*”, o que pressupõe que as sessões ordinárias podem decorrer em mais do que uma reunião, o que acontece normalmente quando são realizadas à noite, como é prática corrente de uma grande parte dos municípios do país e só para referir dois municípios que eram dirigidos pelo PSD, em Porto e Sintra isto assim acontece, ao contrário do que tem sido habitual nesta Assembleia Municipal. Propomos portanto, que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal passem a realizar-se à noite de modo a favorecer o acompanhamento e a participação dos municípios que durante o dia têm as suas atividades profissionais e a não prejudicar o trabalho profissional dos próprios Membros da Assembleia. Uma das formas mais eficazes de facilitar o acesso dos municípios dos trabalhos da Assembleia e incentivar o seu acompanhamento e a sua participação na gestão da “Res Pública”, será a transmissão online das Sessões da Assembleia em direto e a possibilidade de consulta das respetivas gravações no site do Município. Isto de resto poderia ser até depois desdobrado para as Freguesias a seu tempo. Assim, deixamos esta proposta e estou certo que o Senhor Presidente da Câmara estará de acordo com estas propostas. Congratulamo-nos com a inclusão na propaganda eleitoral do PSD, do orçamento participativo, proposta que o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia há oito anos e há quatro e o PS depois mais recentemente e que foram chumbados com os votos do PSD e se a memória não me falha também com os votos do Senhor Presidente. “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”, “*Muda-se o ser muda-se a confiança*”, como dizia o Camões, enfim, ficamos à espera. Disse-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Em relação às propostas do

Regimento, temos local próprio para serem colocadas. De qualquer maneira, fica esse registo, e agradecemos a intervenção. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.

--- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente da Mesa, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Jornalistas presentes. Quero antes de mais congratular-me com a decisão aqui anunciada por parte do Senhor Presidente da Câmara de que o Executivo tudo fará para incrementar as condições de funcionamento desta Assembleia. Esperamos que de facto seja consequente essa intenção e essa decisão durante todo o mandato, entendendo nós que, há de facto muito a melhorar, quer no funcionamento, mas também no que diz respeito à valorização e ao prestígio deste Órgão. De resto, outra coisa não deveria e não poderia esperar-se de quem durante um longo período exerceu a Presidência deste Órgão e por consequência, conhece todas as virtudes e também todas as dificuldades e constrangimentos aqui vividos. Uma outra nota que queríamos aqui deixar, quanto à designação atribuída à proposta de estratégia de desenvolvimento. É claro que o Senhor Presidente ganhou as eleições, tem pleno e absoluto direito de atribuir a designação que muito bem entender a esta proposta, no entanto, parece-nos um pouco contraditório com os objetivos proclamados de maior envolvimento de todos os eleitos na Assembleia Municipal e que queremos aplaudir com toda a certeza e esperamos que de facto venha a cumprir-se, mas designar esta proposta com o nome do seu lema de campanha parece-nos, insisto, restritivo e defendemos que uma outra designação poderia de facto ser atribuída a esta proposta. Assim esperamos que venha a acontecer. Queríamos ainda aplaudir a criação do Conselho Estratégico e em todo o caso deixar aqui também uma nota que é preciso não esquecer que há órgãos eleitos com responsabilidade política e esperamos que a Câmara Municipal procure manter canais de comunicação com as instituições existentes no Concelho sejam elas académicas, desportivas, sociais, cívicas ou de qualquer outro tipo. Duas questões que gostaríamos aqui também de colocar e ver esclarecidas relativamente à matéria constante nos documentos distribuídos. No que respeita à relação de processos judiciais pendentes, dizer que é a primeira vez que, na qualidade de Deputada, sou confrontada com alguns dados. Gostaria se possível, ser melhor informada sobre o processo relativo ao Banco Privado Português. O valor da Ação aplicado nesse banco, corresponde à totalidade dos montantes envolvidos na reclamação de créditos? Gostaria que de facto, se possível que esta informação nos fosse fornecida. Ainda uma outra questão que gostaríamos de deixar aqui, é saber como se encontra o processo de arresto dos créditos da empresa Fulgoralto? Aproveitando até o conhecimento que temos de uma situação de incumprimento para com onze trabalhadoras desta empresa, gostaríamos que o Executivo nos dissesse como pensa resolver esta situação que quanto a nós é profundamente lamentável e que se arrasta há mais de um ano. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada pela intervenção. Há mais alguma intervenção? Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caras Deputadas, Caros Deputados. Em primeiro lugar dizer-vos que vou fazer um esforço e espero cumprir, fazer uma intervenção no estrito ponto da ordem de trabalhos em que estamos e não vou daí tentar alargar-me para outros caminhos. Nesse sentido quero dizer aqui duas coisas muito claras. Primeiro dizer ao Senhor Presidente da Câmara que recebemos com muito bons olhos esta postura numa Assembleia Extraordinária em que, nem por força da Legislação, nem por força do Regimento, estava obrigado a trazer informações. Tendo tomado posse há tão pouco tempo, estando naquilo que, normalmente costumamos dizer, conhecer e arrumar a casa, fez questão, por uma questão de ética e por uma questão de coerência com tudo aquilo que disse, trazer aqui já informações do trabalho que já está feito.

Registamos isto de uma forma positiva, mas registamos também o facto de neste mesmo documento ter aqui duas passagens, que para nós, Membros desta Assembleia são extremamente positivas, ao dizer que a valorização das funções da Assembleia Municipal constituirá uma prioridade da política do Executivo Municipal, através de uma disponibilidade permanente para acolher os contributos e as propostas dos Membros da Assembleia e por respeitar os direitos legítimos, a informação transparente, regular e pertinente relativa ao exercício municipal. Isto é um compromisso escrito que é deixado aqui e que obviamente tem que ser dada a devida relevância. Também o facto de já ter decidido o Executivo, incrementar as condições de funcionamento do órgão, reforçando o apoio prestado pelos serviços camarários. Não estamos a falar de projetos, estamos a falar já de algo de concreto. Como Membro desta Assembleia e em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, reconhecemos de uma forma positiva esta postura e se nos permite uma pergunta, mais no papel de Viseense dizer que este compromisso e estas ideias aqui deixadas evocam uma maior abertura à participação dos munícipes subjacente a todas as atividades municipais, se fosse possível poder concretizar melhor a forma como pretende envolver os Viseenses neste tão grande projeto. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Não há mais nenhuma inscrição? Não havendo, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas que lhe foram colocadas.-----

--- SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Responderei com gosto a todas as questões que foram colocadas. Começando por cumprimentar o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho e dizer-lhe de facto que é se preso por ter cão e preso por não ter. Se efetivamente o Presidente da Câmara, viesse a esta Assembleia colocar-se numa postura de estrito cumprimento da Lei e estando aqui só a fazer ofício de corpo presente, assistindo às duas eleições que estão a fazer, o Senhor Deputado iria ali criticar o Presidente da Câmara, porque não aproveitou esta oportunidade para prestar informações. O Presidente da Câmara disponibiliza-se para vir aqui, porque entende que é esse o seu dever e o Senhor Deputado, os argumentos que encontra é dizer que recebeu a informação tarde e a más horas, quando sabe muito bem que esta Assembleia, também foi convocada em cima da hora, no sentido de prever os prazos. Portanto, eu relembro ao Senhor Deputado que este Executivo está em funções há duas semanas. Duas intensas e custosas semanas. Portanto, acho que está a cumprir exatamente aquilo a que se propôs no estrito cumprimento daquilo que foi o programa que foi sufragado pelos Viseenses. Digo-lhe uma coisa, a democracia, do meu ponto de vista, nunca é excesso desde que as pessoas cumpram as regras mínimas daquilo que é a democracia e que tenham um comportamento ético e que não se dediquem no seu dia-a-dia a lançar suspeições à espera que outros venham desmentir. Isso não é ser democrata nem é exercer a democracia da forma que eu entendo. Portanto, aquilo que esperarei sempre da parte dos Senhores Deputados, e que poderão esperar da minha parte, é exatamente o cumprimento da ética republicana e dos princípios que me norteiam e em todas as circunstâncias em que sejam um diálogo construtivo e propostas pela positiva eu estarei disponível para as debater. Sempre que esses princípios não sejam salvaguardados eu não as debatarei. Não agirei em nenhum momento em situações ou de guerrilha ou de boato, ou de qualquer tipo de situação que seja colocada em cima da mesa. Quero dizer também ao Senhor Deputado que o diálogo construtivo não é retórica. O diálogo construtivo é exatamente aquilo que eu sempre pugnei e que irei colocar em cima da mesa. Por outro lado, o exercício destas funções e das funções do Senhor Deputado é no estrito cumprimento da Lei. Portanto, quando o Senhor Deputado há bocado se referia ao aspeto do ponto apresentado pelo Partido Socialista, os Senhores Vereadores do Partido Socialista, têm a obrigação de conhecer a Lei e saber que para introduzirem um ponto na ordem de trabalhos têm que o fazer no prazo legal. Senhor Deputado, eu cumprirei a Lei. Eu cumprirei a Lei. Portanto, nem sabia sequer qual era o tema, nem quis saber qual era o tema. O que disse aos

Senhores Deputados foi: Definimos um conjunto de regras logo na primeira reunião do Executivo e estão ser cumpridas, no estrito cumprimento da Lei. Um ponto a ser introduzido na ordem de trabalhos tem que ser enviado previamente para que os outros Senhores Vereadores também tenham conhecimento atempado para que possam participar na discussão. Isto não é “*balbúrdia*” Senhor Deputado. Democracia e abertura não são “*nacional porreirismo nem balbúrdia*”. É cumprir a Lei e toda a gente está sujeita a essa mesma Lei. Portanto, não aceito de forma nenhuma essa crítica que o Senhor Deputado aqui veio fazer. Em relação ao Conselho Estratégico, quero dizer ao Senhor Deputado, que é um órgão de consulta e de estratégia do Presidente da Câmara e da Câmara Municipal. Mas quero desde já anunciar aqui perante esta Assembleia que este Conselho Estratégico vai ter um relator. E vai ter um relator à prova de bala, trata-se do Professor Alfredo Simões que é um reputado Académico desta praça e que eu saiba nem é do meu partido, ou nem sei se tem algum partido. Portanto, isto é já a prova que dou ao Senhor Deputado que efetivamente eu não quero criar um Conselho Estratégico, nem que se substitua a esta Assembleia Municipal, tenho muito respeito por este Órgão ele tem as suas competências legais. Este é um Conselho Estratégico na lógica do compromisso que eu assumi perante os eleitores. De fazer uma governação em rede em interação com as instituições da nossa sociedade. Só sei governar assim. Portanto, desse ponto de vista, seguramente que vai gostar da composição que esse Conselho Estratégico vai ter e seguramente que ele vai ser um órgão extremamente útil do ponto de vista da concertação que se pretende fazer no âmbito do nosso Concelho.-----

Senhor Deputado Carlos Vieira, sou um Democrata, acho que o provei sempre ao longo da minha vida pública e não só, respeito o estatuto da oposição, sempre o respeitei, porque eu próprio já estive na oposição em diferentes circunstâncias e também sempre exigi que esse estatuto fosse respeitado e portanto, obviamente que, aquilo que a Lei define será cumprido. Em relação à mudança de paradigma, quero dizer ao Senhor Deputado que este Executivo que aqui está, esta composição da Assembleia e os senhores Presidentes de Junta eleitos resultam da vontade do povo. Eu sei que alguns dos Senhores Deputados não gostam do resultado que nós tivemos nas eleições. Porque depois de vinte e quatro anos de exercício de poder na Câmara Municipal de Viseu, reforçámos outra vez a nossa legitimidade para continuarmos a governar o Concelho de Viseu. Eu sei que isso não é do vosso agrado, eu sei até que estavam à espera de um melhor resultado e que não esperavam, designadamente o Partido Socialista que nós ficássemos a quase vinte pontos de distância. Mas foi o povo que assim o quis e o povo tem sempre razão, isto é, se o povo decidiu, só temos agora que fazer uma coisa, é honrar a vontade do povo e trabalhar para as pessoas que nos elegeram e mais, afirméi-o na tomada de posse e volto a afirmá-lo, a partir do momento que fui eleito, sou o Presidente de todos os Viseenses e do Senhor também. Isto é, serei o Presidente de todos, porque efetivamente é assim que entendo o exercício desta função. Agora, obviamente que há uma mudança de paradigma, há um novo estilo, há uma nova forma de estar e há um programa com o qual eu me sinto comprometido. Não é por acaso, e respondendo já à Senhora Deputada Filomena Pires, que saúdo com simpatia, até pela relação antiga dos nossos tempos de liceu, é uma pessoa que eu vejo com satisfação aqui presente nesta Assembleia Municipal e dizer-lhe que seria incoerente que, se eu apresentei um programa subordinado ao tema “Viseu Primeiro”, que agora não apresentasse um conjunto de linhas de ação subordinadas ao lema “Viseu Primeiro”. Eu estou seguro de que a Senhora Deputada também corrobora deste lema e tenho a certeza que vai pôr “Viseu Primeiro” na defesa das suas convicções aqui nesta Assembleia Municipal. Em relação à questão das reuniões da quinta-feira, eu nunca tenho receio de abordar os assuntos com a frontalidade com que eles têm que ser abordados. Por um lado em relação à Senhora Presidente da Assembleia da República, ela que governe a Assembleia da República, eu estou mandatado para governar a Câmara Municipal de Viseu. Portanto, no estrito limite daquilo que são as competências que a Lei me dá. Por outro lado, nunca condicionarei o funcionamento de uma Câmara Municipal com as suas

centenas de trabalhadores à vontade de duas pessoas entre nove. O Senhor Deputado sabe muito bem que se eu fizesse as reuniões à segunda-feira, em algumas circunstâncias, iria ter que pedir aos funcionários da Câmara que fizessem horas extraordinárias. Não o farei, nem estou para aumentar os custos pelo facto de ter dois Deputados Vereadores. Por outro lado, as pessoas têm que honrar os seus compromissos. Eu também já fui Deputado da Assembleia da República e à segunda-feira era dia sagrado de contacto com o eleitorado e também não quero privar os Senhores Deputados Vereadores de fazerem o contato com o eleitorado à segunda-feira, é o seu dever. Por outro lado, as reuniões eram para ser às três da tarde e eu mudei-as para as nove e meia da manhã, exatamente porquê? Porque sei que à quinta-feira é um dia que na Assembleia da República, ou há Reunião dos Grupos Parlamentares ou à quinta-feira não há nenhuma reunião formal onde os Senhores Deputados tenham que estar. Enfim, vão ter que fazer o sacrifício se querem exercer as duas funções ao mesmo tempo. Vão ter que fazer o sacrifício de vir à quarta à noite, participar nas reuniões à quinta-feira de manhã, porque seguramente eu não vou condicionar o funcionamento do Executivo à vontade de duas pessoas. Portanto, acho que já foi claramente da minha parte ter exatamente em consideração o duplo exercício que estes Senhores Vereadores pretendem fazer. Por outro lado, também o disse na campanha eleitoral e serei coerente. Quem é eleito para estas funções tem que estar disponível sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia. É isto que os cidadãos nos exigem. Quero também dizer ao senhor Deputado Carlos Vieira que respeito tanto o eleitorado que ainda ontem disse aos Senhores Presidentes de Junta que passarei a fazer presidências abertas nas Juntas de Freguesia. Ao longo do meu mandato irei fazer uma presidência aberta em cada uma das freguesias, reunindo o Executivo Municipal nas reuniões abertas ao público exatamente nas freguesias, para dar a possibilidade, por um lado, destas reuniões serem descentralizadas e por outro lado, de no período de informação ao público as pessoas das freguesias cada uma delas também terem a oportunidade de colocarem as suas questões em reuniões do Executivo. Portanto, mais respeito do que este, eu acho que é difícil. Agora não lhe chame propaganda Senhor Deputado. Então, nós ainda agora entrámos em funções e já nos está a acusar de andarmos a fazer propaganda. Estamos a lançar os alicerces e a instituir princípios de funcionamento claros e que visam exatamente o objetivo que queremos cumprir e o Senhor Deputado já nos está a acusar de andarmos a fazer propaganda do PSD, enfim, estamos a começar mal do ponto de vista da relação. Em relação a outras questões colocadas pela Senhora Deputada Filomena Pires, obviamente que eu tive muita honra em pertencer e presidir a este Órgão durante dez anos e participar numa forma ativa neste Órgão durante vinte e quatro anos. Mal parecia que não fosse coerente com aquilo que sempre afirmei durante esse período. Quando digo que pretendo criar as condições para que este Órgão seja valorizado, não é retórica, é exatamente o exercício que pretendo colocar no terreno, aliás, já disse ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que iríamos reforçar o apoio à Assembleia Municipal. Para além de um funcionário a tempo inteiro, iremos ter um outro funcionário de retaguarda para poder interagir com a Assembleia quando necessitar. Por outro lado, estarei disponível para melhorar as condições nos limites do razoável, porque efetivamente não estamos em período de vacas gordas, mas permitir melhorar o espaço para que os Senhores Deputados possam ter aqui melhores condições, inclusivamente, também já transmiti ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que irei atribuir a cada um dos Senhores Deputados um número de horas anual de utilização do parque de estacionamento a título gratuito para que possam participar nas reuniões da Assembleia e terem acesso ao parque de estacionamento que fica aqui em cima junto ao hospital. Acho que isto é respeito exatamente pelo exercício da vossa função e portanto, o esquema que iremos seguir, é um esquema idêntico ao que temos com os Senhores Presidentes de Junta, de vos dar uns acessos com um determinado número de horas que permite no fundo permite cobrir a totalidade das Assembleias ao longo do ano e depois cada um fará a gestão que entender. É a forma menos burocrática de tratar o assunto. Portanto, Senhora

Deputada, acho que a prática é que diz do respeito e não as próprias palavras. À designação, já respondi a isso, obviamente que o Conselho Estratégico como já referi, é só um órgão de consulta não é vinculativo, enfim, é uma nova forma de governar, aberta à comunidade. Em relação às duas questões que coloca de processos judiciais. Em relação à questão do BPP, é claramente um processo que foi dos primeiros que eu quis consultar, estamos a falar de um milhão de euros mais juros vencidos ao longo deste período. A Câmara de Viseu está aqui, exatamente na mesma posição que um conjunto de credores junto deste banco, numa situação que é pública e que toda a gente conhece e obviamente que estamos aqui a trabalhar no sentido de recuperar o dinheiro aí colocado até porque a Autarquia, na altura fez uma aplicação num banco que estava devidamente acreditado pelo sistema e portanto, a confiança no sistema leva a que se façam aplicações quando se tem disponibilidade de tesouraria nos bancos que ofereçam as melhores condições. Abre-se um concurso público, quem oferece melhores condições, é onde se coloca a aplicação, no caso concreto foi exatamente o que a Autarquia na gestão anterior fez. Foi fazer uma aplicação num banco que infelizmente entrou numa situação de insolvência. Estamos a fazer todos os esforços para que efetivamente as coisas possam ser recuperadas. Em relação à empresa, eu queria dizer à Senhora Deputada o seguinte, não fica bem que se coloquem títulos que não correspondem à realidade, como sabe e se não sabe eu vou esclarecê-la, não compete à Autarquia pagar a trabalhadores de uma empresa que presta serviços à Autarquia. No caso concreto, esta empresa está numa situação de insolvência. Na reclamação de créditos, é reclamado um determinado crédito sobre a Autarquia. A Autarquia analisou a notificação do tribunal e chegou à conclusão que o crédito é inferior ao valor que estava a ser reclamado porque o serviço não foi totalmente prestado e colocou de imediato à disposição do tribunal o valor de oito mil e tal euros, que era exatamente o débito que tinha perante a empresa. Portanto, a partir daí, é o administrador de insolvência que tem que proceder aos pagamentos respetivos. A Câmara Municipal de Viseu, legalmente nunca poderia fazer um pagamento direto aos trabalhadores e há aqui advogados e juristas na sala que sabem muito bem que estes processos são tratados assim. Portanto, o que eu quero dizer é que a Autarquia de Viseu cumpriu tudo aquilo que a Lei obrigava. Foi notificada pelo tribunal num processo de insolvência, de imediato fez as suas contas e face aquilo que entende que deve à empresa, depositou o dinheiro no tribunal, à ordem do tribunal para que o seu administrador judicial o possa utilizar da forma que entender. Portanto, a nossa responsabilidade cessou no momento em que a Câmara Municipal honrou os seus compromissos e felizmente a Câmara Municipal, tem um histórico que espera manter de honrar os seus compromissos. Por último, dizer ao Senhor Deputado Manuel Teodósio que obviamente que agradeço as palavras, assim como agradeço as palavras simpáticas que os Senhores Deputados nos dirigiram, estarei sempre disponível para o debate, temos um programa para cumprir e esse programa vai ser exatamente o nosso guião ao longo dos próximos quatro anos. Sobre a valorização da Assembleia Municipal também já falei, sobre o envolvimento dos cidadãos também o afirmo e quero voltar a afirmar aqui. A partir do momento em que assumimos a responsabilidade do Executivo e que nos propomos governar para todos os cidadãos, eu vou ter em atenção por exemplo, aquela que é a terceira força política desta Assembleia Municipal, que são os votos brancos e os votos nulos. Em bom rigor, a terceira força mais votada no Concelho foram aquelas pessoas que quiseram exprimir o seu voto através do branco e nulo que quiseram com isso dar um sinal. Obviamente que é preciso motivar essas pessoas para o trabalho e para o debate político e para além da questão do orçamento participativo, não é propriedade de ninguém Senhor Deputado, faz parte do meu programa e vou pô-lo em funcionamento. Disse que o primeiro ato será no Centro Histórico. Portanto, simbolicamente será no Centro Histórico que iremos lançar o primeiro debate sobre o orçamento participativo que não é propriedade de ninguém. O facto de ter sido o Bloco de Esquerda ou outro partido a propor isto no passado, a mim diz-me pouco, porque acho que a sociedade é evolutiva, as pessoas apresentam as suas

ideias e há ideias que não são de esquerda nem são de direita, são ideias que podem ser úteis para o desenvolvimento de uma relação mais próxima com a comunidade e seguramente como não tenho complexos desses, seguramente que irei adotar as ideias independentemente de elas poderem estar classificadas. Se fosse a isso, também não apostava na cultura, como um dos vetores principais de ação que pretendo ter nos próximos quatro anos, porque há sempre esse complexo de que a cultura é uma coisa de esquerda. Não, a cultura não tem ideologia é para todos e portanto, seguramente que não vou ter esse tipo de complexos na minha atuação. Agora, sobre a participação dos cidadãos, para além do Conselho Estratégico, há também, um conjunto de fóruns que vão ser criados, que a seu tempo irão ser anunciados, o orçamento participativo será também uma dessas formas e naquilo que forem dossiers relevantes, por exemplo no Centro Histórico, seguramente que quando tivermos o nosso gestor do Centro Histórico designado e um esboço de um plano de ação, vamos submetê-lo também a algum debate público, porque há opções que o nosso concelho tem que fazer, são opções que devem ser participadas e portanto, dentro desse princípio, quantos mais cidadãos participarem nesses debates tanto melhor porque enriquecem a nossa tomada de decisão. Esta será exatamente a postura que iremos ter Senhor Deputado Manuel Teodósio para envolver cada vez mais os cidadãos, neste princípio que me conhecem. Nunca me furto a nenhum debate nem nunca me furto a contactar diretamente com as pessoas e se houver algum problema vou ao encontro dele, nunca fico à espera que esse problema venha ao meu encontro. Essa é a nossa forma de estar, somos uma equipa em que eu deposito uma grande confiança e seremos uma equipa muito pragmática, muito de terreno, que procurará estar sempre em todas as situações que consideremos úteis para esta tarefa que aceitámos com gosto, porque não estamos aqui a fazer sacrifício nenhum. Quem se candidata a uma função destas só o pode fazer se efetivamente tiver amor à sua terra e se estiver disponível para exercer este tipo de funções porque sabemos bem da exigência que elas têm. É com este espírito que estamos e será seguramente com este espírito que chegaremos ao último dia do nosso mandato porque é a nossa forma de estar na vida, independentemente de algumas coisas que às vezes procurem lançar para o ar. O passado e o percurso de todas as pessoas que compõem este Executivo fala por si e portanto, temos coletes à prova de bala em relação a algumas balas inimigas que alguns atiram, muitas vezes sem saberem que o colete pode ter efeito de ricochete e que essas balas mal mandadas podem atingir aqueles que efetivamente as enviam porque não podemos ser cidadãos políticos à segunda e deixarmos de o ser à terça. Se estamos na vida pública, se estamos na vida política, devemos assumi-lo enquanto tal e não podemos um dia achar que somos políticos e até somos eleitos e depois no dia seguinte, já achamos que somos cidadãos que não temos nada a ver com a política e que os políticos são todos uns malfeitores. Enfim, são posturas que as pessoas a seu tempo se encarregarão de penalizar em votos futuros ou noutra tipo de situações. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente muito obrigado pelas suas palavras e pelo esforço de esclarecimento relativamente aquilo que foram as minhas questões aqui colocadas e muito concretamente no que diz respeito a uma questão que efetivamente me é cara que é esta questão da empresa Fulgoralto. Efetivamente não compete à Câmara Municipal de Viseu pagar às funcionárias de uma empresa contratada efetivamente pela Câmara Municipal de Viseu, mas é em nome da transparência que eu tenho que aqui vir lamentar que de facto a transparência aqui esteja, enfim, um bocadinho menos bem tratada. Tenho na minha posse documentos que de alguma forma contrariam aquilo que o Senhor Presidente acabou aqui de dizer. É que efetivamente há uma sentença do tribunal, que determina que, a Câmara Municipal de Viseu pague um montante ao tribunal, esse sim responsável por pagar às funcionárias os salários em dívida e são vários os meses de salário em dívida,

maio, junho, julho, agosto, setembro, e dezassete dias de outubro de dois mil e doze, a que estas funcionárias trabalharam, desempenharam a sua função, a Câmara Municipal de facto usufruiu da limpeza que estas Senhoras faziam e o que acontece é que efetivamente ainda não receberam a totalidade dos salários em dívida. Não receberam também, porque a Câmara ainda não cumpriu a totalidade do pagamento a que está obrigada, segundo os documentos que eu tenho em minha posse. Portanto, penso que, para além da questão humana que aqui está e do respeito pelo valor do trabalho que eu penso que, de facto é preciso cada vez mais valorizar, o trabalho tem um valor e é preciso respeitá-lo. Para além dessa questão, eu penso que de facto não fica muito bem à Câmara, uma entidade de bem e que todos nós queremos que de facto seja uma entidade de bem e que todos nós queremos trabalhar para que o seja e que por uma questão, enfim, tão pequena, de tão poucos euros que aqui está em causa, porque é de facto neste momento já uma coisa muito residual, quando inclusivamente, sou aqui confrontada com os valores que neste momento existem, enfim, disponíveis nesta Câmara que efetivamente esta questão não se resolve e não tenha sido resolvida durante o ano inteiro. Reafirmo que de facto há uma ordem do tribunal para que a Câmara cumpra o pagamento que ainda não está concluído. Peço imensa desculpa mas eu tenho documentos na minha posse que de facto o comprovam.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Dou a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa e Senhores Membros da Mesa, Senhor Membros do Executivo, Senhores Deputados. Eu confesso que fiquei um bocado surpreendido com o azedume com que o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu. De facto, não faz sentido Senhor Presidente. Eu falei com o ar mais calmo e tranquilo do mundo. Eu exprimi-lhe as minhas opiniões com toda a tranquilidade. Vossa Excelência responde com azedume, com quase duas pedras na mão, fazendo insinuações que eu não aceito, não há da minha parte e até agora do meu grupo só falei eu, não há da minha parte nenhuma deslealdade, nenhuma insinuação e Vossa Excelência falou várias vezes em insinuações e até terminou o seu discurso dizendo que há pessoas que têm balas que podem vir em ricochete. Isso, não me atinge, não aceito e nem admito. Se era dirigido a mim, está completamente fora de questão, não aceito. Gostaria de dizer que quando Vossa Excelência fala em que é o estrito cumprimento da Lei, eu insisto em que tem que ser bilateral. Se Vossa Excelência trouxe a esta Assembleia uma informação, sabe que no estrito cumprimento da Lei, devia nos dar conhecimento dela cinco dias antes. Insisto que as coisas têm que ser bilaterais, ou seja, não pode ser a Oposição que tem que cumprir a Lei e o Executivo não tem. Portanto, insinuações não, cumprimento da Lei sim, mas para toda a gente. Vossa Excelência contará sempre, porque me conhece há muitos anos, com a minha total lealdade, não faço insinuações, digo diretamente aquilo que penso com o maior respeito, com a maior consideração, mas em defesa daquilo que penso. Nós sabemos que Vossa Excelência ganhou as eleições e teve o cuidado de repetir diversas vezes, ganhou as eleições, os outros não aceitam. Claro que aceitam. Democráticamente aceitam, Vossa Excelência é o legítimo Presidente, mas nós também somos os representantes de uma parte do eleitorado e isso é que não pode ser ignorado. Portanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência exige o estrito cumprimento da Lei, vamos todos cumprir estritamente a Lei e ficamos todos bem. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, gostaria de esclarecer uma situação que tem a ver com a Mesa. Em relação a esta situação, foi colocado o problema, quer da parte do Senhor Presidente da Câmara, quer eu próprio o coloquei a todos os Grupos Municipais, no sentido de estarmos perante um carácter excecional de uma convocatória extraordinária, e por isso era muito difícil inclusivamente o próprio cumprimento por parte do Senhor Presidente da Câmara. Por isso pedi inclusivamente e demonstrei a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara para fazer uma informação municipal escrita e de imediato pedi a compreensão

para essa situação aos Grupos Municipais. Era só esse aspeto que gostaria de esclarecer.---

--- **DEZ - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os cumprimentos à Mesa e às Senhoras e Senhores Deputados. Senhora Deputada Filomena Pires, há uma coisa chamada Tribunal de Contas, penso que a Senhora Deputada conhecerá e na gestão deste tipo de funções temos que cumprir aquilo que a Lei define. Eu tenho a maior das considerações por todos os trabalhadores e não sou insensível seguramente à questão destes trabalhadores, como de outros que infelizmente se veem confrontados com situações destas. Há mais situações na Autarquia de empresas contratadas que depois vão para uma situação de insolvência, em que há salários que ficam em atraso em relação aos trabalhadores. Essas pessoas merecem-me total respeito, a minha total solidariedade e não há pessoa mais sensível a essas questões do que eu. Não aceito sequer que a Senhora Deputada seja mais sensível a essa questão do que eu. Agora uma questão é a sensibilidade para ouvir e para tratar, outra coisa é o estrito cumprimento da Lei. Se a Câmara Municipal é notificada pelo Tribunal a dizer-lhe que deve um montante e entende que não o deve, não vai pagar aquilo que entende que não deve. O que a Senhora Deputada iria ali dizer, era acusar-me de ter feito má gestão. Iria dizer, o Senhor Presidente da Câmara, mandou pagar uma importância que afinal não devia. Ora, quando o Tribunal me notifica e diz que a Câmara é devedora de um determinado montante, a obrigação dos serviços e foi isso que foi feito é verificar se aquele montante corresponde ao valor em dívida. O valor que apurámos que estava em dívida de imediato foi disponibilizado ao Tribunal. O valor que entendemos que não devemos, não foi disponibilizado ao Tribunal, porque senão de hoje para amanhã, inclusivamente numa auditoria, seja ela qual for, estaria em causa um ato ilegal da Autarquia que estava a pagar um montante que não deve. Portanto, sobre sensibilidade, estamos falados. Aliás, agora aproveito para falar de um outro assunto que vem aí à baila, e que até nem tem diretamente a ver com a Autarquia que se prende com as trabalhadoras da Assembleia Distrital, esse órgão moribundo que se arrasta há vários anos. Nunca aquelas trabalhadoras tiveram com salários em atraso ao contrário do que algumas pessoas escreveram. Sempre estiveram com salários em dia e se houvesse necessidade até de os adiantar do meu bolso, eu fá-lo-ia. Mas agora a Câmara, como sabe não há vazios de poder. Enquanto a Assembleia Distrital não tiver um Órgão, há alguém que ainda está em funções, porque estas coisas são mesmo assim. Enquanto não há uma eleição alguém está em funções. Portanto, há alguém que assina o cheque. Por outro lado, também lhe quero dizer, que no caso concreto da Assembleia Distrital, só há três Municípios que têm as suas contas em dia e um deles é o Município de Viseu. Portanto, às vezes lançam-se para o ar suspeitas para criar a ideia de que há ali um caso quando não há caso. Aquelas Senhoras foram acompanhadas, designadamente pelo meu gabinete desde o primeiro dia, ainda eu não estava eleito, já eu estava na pose dessa informação e obviamente que nunca iria deixar que aquelas pessoas ficassem sem salário no final do mês. Portanto, para falarmos de sensibilidade, ninguém é mais sensível a essas matérias do que eu. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, no estrito cumprimento da Lei, eu hoje nem usava da palavra. Estaria aqui a assistir a esta reunião, com toda a deferência a assistir a duas eleições no estrito cumprimento da Lei. Estamos conversados. Em relação ao que eu disse, só assenta a carapuça a quem efetivamente a quiser enfiar e estamos conversados. Muito obrigado.---

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma inscrição, dava por terminado este ponto da Ordem de Trabalhos e realçava duas situações. Por um lado realçava e registava com agrado a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara em melhorar as condições de trabalho da Assembleia Municipal e por sua vez também a total disponibilidade da Mesa e que também com agrado para o agendamento do Programa de Orientação Estratégica para o mandato. Eu fazia uma proposta, nós vamos ter dois atos eleitorais e eu propunha a todos que fossem realizados em simultâneo. Primeiramente eram chamados os Membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente que votariam para a eleição de representantes à Assembleia

Intermunicipal, o ponto dois da Ordem de Trabalhos e que votariam também para a eleição do representante do Senhor Presidente de Junta à Associação dos Municípios. Em seguida seriam chamados os Senhores Presidentes de Junta, para votarem para a eleição do Presidente de Junta, que é o ponto três da Ordem de Trabalhos. Em relação a esta proposta, de serem chamados em simultâneo há alguma discordância? Como não há, seguiríamos esse procedimento. Assim, solicitava aos Senhores Deputados a apresentação de candidaturas e pedia aos serviços as duas urnas.-----

Informava a Assembleia que deram entrada para a eleição dos representantes à Assembleia Intermunicipal duas propostas. A proposta do Partido Social Democrata que propõe a seguinte lista para os representantes, que é subscrita pelo Deputado Manuel Teodósio e que passo a ler. Efetivos: José Manuel Henriques Mota de Faria, João Fernando Marques Rebelo Cotta, Manuel Teodósio Martins Henriques, Paulo Jorge de Almeida Pereira, Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca e José Ernesto Pereira da Silva. Suplentes: Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes e António Carlos Gomes Tomás da Costa, que passará a ser a “Lista A”.-----

Deu entrada também uma lista subscrita e entregue pelo Dr. Ribeiro de Carvalho que tem a seguinte constituição: António Manuel Antunes Rafael Amaro, Alberto Gonçalves da Ascensão, do Partido Socialista, Fernando António de Figueiredo do CDS/PP, Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva, Carlos do Vale Martins, também do Partido Socialista, Carlos Fernandes da Cunha do CDS/PP e Cristina Maria Nunes Fonseca do Partido Socialista, que é a “Lista B”.-----

Deu entrada também uma lista para os Presidentes de Junta como representantes ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, proposta também pelo primeiro proponente Manuel. Efetivo: Diamantino Amaral dos Santos, Presidente da União das Freguesias de Viseu e suplente Adérito Pais Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Orgens. Em relação às duas Listas para a Assembleia Intermunicipal, só podem votar os Deputados que foram eleitos diretamente e haverá a “Lista A” e a “Lista B” havendo mais duas opções de voto, voto nulo e voto branco. Em relação à eleição dos Presidentes de Junta é a “Lista A” e haverá mais duas opções, voto branco e voto nulo e votam todos.

Ia pedir à Dr.ª Elisabete Farreca para proceder à chamada dos Senhores Deputados. Pedia a distribuição dos papéis. Os azuis seriam para a eleição à Assembleia Intermunicipal, por isso, só para os Deputados eleitos diretamente. Agora a distribuição dos amarelos a todos.-----

Vão ser chamados os Senhores Deputados para depositarem o seu voto na urna. Com cuidado, a urna com a indicação Azul é para a eleição à Assembleia Intermunicipal, a urna com a indicação amarelo, é para a eleição do Senhor Presidente de Junta.-----

- A Excelentíssima Senhora Segunda Secretária em exercício Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca procede à Chamada dos Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais.---

- José Manuel Henriques Mota de Faria.-----
- António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho.-----
- João Fernando Marques rebelo Cotta.-----
- Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca.-----
- António Manuel Antunes Rafael Amaro.-----
- Manuel Teodósio Martins Henriques.-----
- Fernando António Pereira de Figueiredo.-----
- Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva.-----
- Pedro Filipe dos Santos Alves.-----
- Alberto Gonçalves da Ascensão.-----
- José Alberto da Costa Ferreira.-----
- José Ernesto Pereira da Silva.-----
- Carlos do Vale Martins.-----
- Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires.-----
- Carlos Fernandes da Cunha.-----

- Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues.-----
- Cristina Maria Nunes Fonseca.-----
- Maria de Filomena de Matos Pires.-----
- Paulo Jorge da Almeida Pereira.-----
- Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes.-----
- Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes.-----
- António Vicente de Figueiredo.-----
- António Carlos Gomes Tomás da Costa.-----
- Alfredo José Ribeiro Gonçalves.-----
- Elsa Maria da Costa Lemos.-----
- Joana Patrícia dos Santos Ferreira.-----
- António José Coelho Lopes.-----

Seguidamente irão ser chamados os Excelentíssimos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

- Adérito Pais Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Orgens.-----
 - António Jesus Tavares da Fonseca – Presidente da Junta de Freguesia de Côta.-----
 - António da Silva Gomes Tavares – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias Barreiros e Cepões.-----
 - Arnaldo António Correia Gonçalves – Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela.---
 - Aurélio Pereira Lourenço – Presidente da Junta da Freguesia da União de Freguesias S. Cipriano e Vil de Soito.-----
 - Carlos Manuel Martins Correia – Presidente da Junta de Lordosa.-----
 - Carlos Alberto Ferreira de Almeida – Presidente da Junta de S. João de Lourosa.-----
 - Carlos Alberto Pereira da Gama Henriques – Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba.-----
 - Carlos Alberto dos Santos Lima – Presidente da Junta de Freguesia do Campo.-----
 - Custódio Figueiredo Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Ribafeita.-----
 - Diamantino Amaral dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Viseu.-----
 - Fernando José Cardoso Rodrigues – Presidente da Junta de Freguesias de Santos Evos.--
 - Fernando Manuel Leitão de Almeida – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima.-----
 - Jorge Anselmo Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Cavernães.-----
 - José António Marques Seabra Figueiredo – Presidente da Junta da União de Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá.-----
 - José Augusto Henriques Mota – Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros.-----
 - José Domingos Abreu Coelho – Presidente da Junta de Freguesia União das Freguesias Repeses e S. Salvador.-----
 - José Manuel de Almeida Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia de Povolide.-----
 - José Paulo Moreira Cardoso de Meneses – Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita.-----
 - Luís Filipe Martins de Almeida Mendes – Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados.-----
 - Rui Manuel dos Santos Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa.-----
 - Rui Pedro Oliveira de Almeida – Presidente da Junta de Freguesia Abraveses.-----
 - **O Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:** Vamos proceder à contagem dos votos. Se algum representante da respetiva lista quiser estar presente na contagem faça o favor-----
- Gostaríamos de transmitir, que estão aqui os votos para que, se alguém quiser retificar ou proceder à contagem faça o favor.-----
- Efetuada o escrutínio e após a contagem dos votos, informamos que:-----
- Votaram vinte e sete Deputados para a Eleição dos Representantes à Assembleia Intermunicipal cujo resultado foi o seguinte:



Catorze (14) votos na Lista A, Onze (11) votos na Lista B e dois (2) votos Brancos. Após a aplicação do Método de Hondt e de uma maneira muito sumária, temos Três (3) Elementos eleitos de cada Grupo. Por isso, foram eleitos, José Manuel Henriques Mota de Faria do PSD, António Manuel Antunes Rafael Amaro do PS, João Fernando Marques Rebelo Cotta do PSD, Alberto Gonçalves da Ascensão do PS, Manuel Teodósio Martins Henriques do PSD e Fernando António Pereira de Figueiredo do CDS/PP.-----
Em relação à “ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, COMO REPRESENTANTE DE TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO NO XXI CONGRSSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNÍCIPIOS PORTUGUESES”, votaram quarenta e nove (49) Deputados, houve três Deputados que faltaram, e o resultado foi o seguinte:-----
Trinta e um Votos na Lista A, Dezassete (17) Votos em Branco e Um (1) Voto Nulo. Sendo Eleito como representante efetivo, conforme Lista proposta, Diamantino Amaral dos Santos Presidente da Junta União das Freguesias de Viseu.-----
Atendendo à urgência da situação, propomos que a Ata seja aprovada em minuta para ter efeitos imediatos, no que concerne concretamente aos Pontos Dois e Três. Por isso, como me compete, perguntava se há votos contra de alguém em relação à aprovação em minuta? Alguém se abstém? Consideramos aprovada a deliberação em termos de minuta. Terminávamos assim a Ordem de Trabalhos.-----
Abre-se agora, como é Regimental também, um período de intervenção do público. Como não chegou à Mesa nenhum pedido, não havendo portanto ninguém inscrito, agradecia a presença e a colaboração de todos. Muito obrigado.-----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, de seis de novembro de dois mil e treze, quando eram onze horas e onze minutos. Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)